

LUCAS TRENTIN RECH
PABLO GUSMÃO RODRIGUES
DANIEL JEZIORNY
HUGO HENRIQUE KEGLER DOS SANTOS

AS VEIAS ABERTAS DO PAMPA E A EXTINÇÃO DO GAÚCHO: A SOJIFICAÇÃO DO PAMPA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O MODO DE VIDA NO BIOMA

Recebido em 20/01/2025

Aprovado em 26/08/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1223

AS VEIAS ABERTAS DO PAMPA E A EXTINÇÃO DO GAÚCHO: A SOJIFICAÇÃO DO PAMPA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O MODO DE VIDA NO BIOMA

LUCAS TRENTIN RECH

Professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador do Grupo de Estudos em Economia Política e Ecologia Política (Gepol/UFRGS).

Email: lucas.rech@ufba.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0127-2078>

PABLO GUSMÃO RODRIGUES

Biólogo, Diretor de Projetos e Planejamento Ambiental e Territorial do Município de Triunfo – RS. Pesquisador do Grupo de Estudos em Economia Política e Ecologia Política (Gepol/UFRGS).

Email: pablopaleonto@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0227-0626>

DANIEL JEZIORNY

Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais, e dos Programas de Pós-graduação em Economia e em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador do Grupo de Estudos em Economia Política e Ecologia Política (Gepol/UFRGS).

Email: daniel.lemos@ufrgs.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7042-8673>

HUGO HENRIQUE KEGLER DOS SANTOS

Professor do Departamento de Estatística da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Departamento de Estatística da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do Grupo de Estudos em Economia Política e Ecologia Política (Gepol/UFRGS).

Email: santos.hk@ufrgs.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0350-2594>

Resumo

A partir de uma perspectiva lukacsiana, este trabalho relaciona a extinção iminente do gaúcho ao processo de sojificação do pampa brasileiro. Entende-se que o gaúcho, como complexo parcial do ser social, só pôde surgir a partir das qualidades orgânico-materiais exclusivas do bioma Pampa. Esse bioma, contudo, a partir da expansão de 170% da área plantada de soja nas últimas duas décadas, corre riscos de arenização. Não obstante, o processo em curso já é suficiente para alterar a paisagem do pampa e o processo de trabalho das populações humanas no bioma. Conclui-se que a *sojificação* do pampa submete o bioma e sua população humana ao ato de reproduzir a soja.

Palavras-chave: Pampa; soja; Lukács; gaúcho; neoextrativismo

Abstract

From a Lukácsian perspective, this paper relates the imminent extinction of the gaucho to the process of sojification of the Brazilian Pampa. It is understood that the gaucho, as a partial complex of social being, could only emerge from the organic qualities unique to the Pampa biome. This biome, however, is at risk of being sandified as a result of the 170% expansion in the area planted with soy in the last two decades. Nevertheless, the ongoing process is already enough to alter the landscape of the Pampa and the way human populations work in the biome. In conclusion, the sojification of the Pampa is subjecting the biome and its human population to the act of reproducing soya.

Keywords: Pampa; Soy; Lukács; gaúcho; neoextrativism.

Introdução

Nas últimas duas décadas o cenário do Pampa mudou radicalmente. Se em 2002 a área destinada ao plantio de soja era restrita ao Planalto Meridional, em 2022 esse plantio se espalhou pelo bioma, alterando a paisagem da Depressão Central e do Escudo Sul-riograndense. A área destinada ao plantio do grão ampliou-se em 170% no período, chegando a 27 mil km² e, a partir dessa expansão, a soja tornou-se a principal atividade econômica vinculada ao uso da terra em 58% dos municípios gaúchos.

Neste trabalho, a partir de uma perspectiva lukacsiana, apresentamos as condições objetivas que permitiram a elevação subjetiva do complexo parcial do ser social¹ que habitou o bioma e que serviu para sua caracterização enquanto gaúcho. Nessa apresentação, há vinculações sempre necessárias, mas nem sempre suficientes, entre as qualidades específicas da vida orgânica que caracterizam o Pampa e o complexo do ser social que nele se objetiva e, por meio da objetivação, se subjetiva. A partir da necessidade da existência do Pampa para a existência do gaúcho, apresentaremos os dados e motivos que nos permitem falar em extinção do gaúcho.

Para isso, dividimos esse trabalho em três seções, para além desta introdução. Na primeira seção, buscamos reconstruir, a partir das categorias e conceitos presentes n’*A Ontologia do Ser Social* (sobretudo a partir dos capítulos d’“O Trabalho” e d’“A Reprodução”, presentes no volume 14), as etapas sócio-históricas que foram determinantes, no bioma Pampa, para o surgimento desse complexo específico do ser social, o gaúcho. Nessa seção, por vezes, nos valem não apenas de uma literatura historiográfica mais ortodoxa, mas também de uma história ilustrada, que encontramos no clássico *As Veias Abertas da América Latina*. O uso d’*As Veias Abertas*, justificamos: (I) pela importância do livro em popularizar, especialmente na América Latina, a história de uma série de complexos do ser social que aqui se originaram e que foram

¹ Para Lukács, o ser social é compreendido como um complexo de complexos. Esses complexos são parciais e se estabelecem não apenas a partir de si e de suas condições objetivas de reprodução, mas também a partir de sua inter-relação com o ser social.

sistematicamente extintos a partir da conquista violenta para a inserção desse recorte do espaço geográfico no comércio mundial; e porque (II), cinco anos antes de sua morte – no prefácio à edição brasileira de 2010 – seu autor já observava a realidade que o cercava e vislumbrava o crescimento da área plantada de soja como um “novo” ciclo do extrativismo na região:

Entrar no mundo: o mundo é o mercado. O mercado mundial, onde se compram países. Nada de novo. A América Latina nasceu para obedecê-lo [...] e aos trancos e barrancos continuamos atados ao dever de obediência. Essa triste rotina dos séculos começou com o ouro e a prata, e seguiu com o açúcar, o tabaco, o guano, o salitre, o cobre, o estanho, a borracha, o cacau, a banana, o café, o petróleo... O que nos legaram esses esplendores? [...] Jardins transformados em desertos, campos abandonados, montanhas esburacadas, águas estagnadas [...]. *Agora é a vez da soja transgênica*. (Galeano, prefácio à edição brasileira de 2010², grifo nosso)

Na segunda seção, além de remontarmos brevemente a história da soja desde seu uso como repositora de nitrogênio do solo na Ásia até sua chegada ao Pampa, apresentamos dados que sustentam a ideia de que o processo ocorrido nas últimas duas décadas tratou-se, de fato, de uma *sojificação do bioma Pampa*. Por tratar-se de conceito inédito³, também na seção dois,

² Por tratar-se de versão digital (ebook) da obra, portanto sem paginação, optamos por mencionar, no lugar das páginas, o capítulo em que se encontra a citação. Isso ocorrerá nas demais citações d'*As Veias Abertas*.

³ É inédito nos termos que definimos, já que, em Balem e Alves (2020), aparece o “termo” de “sojificação da sociedade”. Para as autoras, o que chamam de termo, e não de conceito, “explica o domínio técnico, econômico, de infraestrutura de apoio à produção (insumos, assistência técnica, serviços, máquinas, crédito agrícola) e de mercados estabelecidos voltados basicamente para a soja em regiões inteiras” (p. 4). Ou ainda: “o processo de sojificação da sociedade [...] é uma opção ideológica, alicerçada na modernização conservadora da agricultura, que busca a todo custo defender o ideário das *commodities* como única via possível, excluindo outras formas de agricultura e, nesse contexto, desvalorizando sobremaneira a agricultura familiar” (p. 5). Não discutiremos aqui as limitações do “termo” assim definido, mas adiantamos que carece de uma base teórica e, por isso, é utilizado no artigo das autoras de forma meramente instrumental, com baixa possibilidade de replicação e, conseqüentemente, não cumpre a função de conceito analítico, que é o que estamos propondo neste trabalho com ‘sojificação’. Há também, no trabalho de Barbosa e Nogueira Junior (2007, p. 88), uma menção ao conceito com referência a um artigo escrito na Argentina em 2004; todavia, esse artigo, como citado, não está disponível. Mesmo assim, julgamos válido que repliquemos aqui: “Face às expansões na área cultivada, aos ganhos tecnológicos, ao lado de grande demanda proteica no âmbito mundial, o avanço da cultura na Argentina foi tão expressivo que o fenômeno passou a ser chamado de “sojificação” da agricultura, conforme Cafiero (2004)”. Isto é, trata, ao que parece, de um conceito que busca descrever o crescimento da área plantada de soja no país vizinho. Mas, em momento algum, trata-se da sojificação de um bioma.

definimos esse conceito. A sojificação, em nossos termos, é o processo que envolve não apenas a expansão da área plantada com sementes de soja em um bioma, mas que, a partir dessa expansão, transforma a cultura da soja na principal atividade agropecuária do bioma. Para o nosso conceito a noção de bioma é fundamental, já que se trata da transformação de um território⁴ que, antes da introdução do grão, funcionava de outra forma e com outros predicados.

Por fim, na última seção do trabalho, relacionamos o processo de sojificação do Pampa à extinção da complexidade gaúcha do ser social. Nela retomamos alguns elementos da *Ontologia* de Lukács e os relacionamos aos dados apresentados na segunda seção.

I. O gaúcho, o trabalho e o Pampa

Não há dúvidas de que o capitalismo alçou a humanidade a uma espetacular condição de pletora material. Impulsionada pela busca do lucro em condições de concorrência, a produtividade do trabalho cresceu exponencialmente e alavancou a capacidade humana de transformar a natureza num conjunto cada vez mais extenso e complexo de mercadorias. No entanto, ao transformarem as condições através das quais produzem a vida, os seres humanos transformam também a si mesmos – justamente como apontado por Marx (2013).

Afinal, o que é a subjetividade senão um resultado das informações colhidas pela mente a partir da práxis⁵? Como bem demarcaram Marx e Engels, n’*A Ideologia Alemã*, “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (p. 32). Para Marx (2013), no quinto capítulo d’*O Capital*, o trabalho é a atividade vital do ser humano, não apenas aquela

⁴ Entendemos por território um projeto específico de humanização de um determinado recorte do espaço geográfico. Sobre o tema, consultar Jeziorny (2015).

⁵ E por práxis entendemos, como Lukács (2018), a atividade humana que, vinculada à ação direta de transformação da natureza, implica tanto o preenchimento da mente a partir da experiência quanto a utilização do conhecimento acumulado a partir de experiências passadas para obter o resultado pré-idealizado antes da ação.

que garante a sua existência, mas também aquela que põe a sua existência, isto é, que distingue o ser social dos seres orgânico-naturais. Portanto, a vida que determina a consciência não é uma vida abstrata, idealizada, mas uma vida prática, material.

O trabalho, argumenta Lukács, satisfaz às funções biológicas primordiais do ser humano como comer, beber, reproduzir-se, etc., todavia, o seu papel neste processo não se limita a isto. Ao produzir objetos, meios, conhecimentos, etc. que servem diretamente à reprodução biológica da vida humana, ele produz também, indiretamente, complexos, processos, relações, etc. sociais que vão muito além da mera satisfação da reprodução biológica da existência humana. (Andrade, 2016, p. 26)

São, mais tarde, esses “complexos, processos, relações, etc. sociais” que influirão na forma e na orientação do processo social de trabalho. O caráter decisivo do trabalho na gênese e na premência da existência humana se dá a partir da objetivação da teleologia, entendida enquanto uma finalidade posta em ação⁶. Teleologia essa que, na natureza, é exclusivamente humana:

O trabalho não é uma das muitas formas de manifestação da teleologia em geral, mas o único ponto em que uma posição teleológica, enquanto momento real da realidade material, é ontologicamente verificável. (Lukács, 2018, p. 16)

A práxis não acontece no vácuo, ela parte de condições objetivas, pois, “como todo ser vivo, o ser humano é por natureza um ser que responde: o entorno põe, à sua existência, à sua reprodução, condições, tarefas etc.” (Lukács, 2018, p. 250). A distinção entre o agir humano e o agir das outras formas de vida está na distinção entre causalidade e teleologia:

Enquanto, para ser preciso, a causalidade é um princípio de automovimento autoposto que preserva este seu caráter mesmo quando uma série causal tem seu ponto de partida em um ato de consciência, a teleologia, por sua essência, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica uma posição de finalidade e com isso uma consciência que põe fins (Lukács, 2018, p. 13).

⁶ “No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo” (Marx, 2013, p. 256).

Crescentemente forjada – ou distorcida – pelo avanço do modo de ser burguês, a capacidade humana de entendimento do que seja a sua própria natureza e a do mundo que transforma através do trabalho parece cada vez mais limitada à mercadoria e à pura forma sem conteúdo do dinheiro. Com efeito, à medida que a mercantilização da vida orgânica e inorgânica do ser humano avança com a sociabilidade capitalista, as condições postas para o exercício da atividade vital alteram-se fundamentalmente: *passa-se de uma atividade orientada para a produção de valores de uso a uma atividade orientada para a produção de valores de troca.*

O ser humano só pode existir enquanto ser social. Isto é, reproduzindo-se no interior de uma sociedade e, por isso, como um “ser complexo-unitário, que reage com a própria concretude a coisas concretas” (Lukács, 2018, p. 231). Lukács compreendia que toda posição teleológica traz consigo um dever, isto é, por se tratar de uma posição com finalidade, “todo passo da realização é determinado se e como ele promove o alcançar da finalidade” (p. 61).

Como na posição teleológica a finalidade surge na consciência antes de se concretizar, para Lukács, o dever comparece nesta relação como o movimento que conduz a posição da finalidade à sua objetivação. Ou seja, ele age como guia orientando cada passo do sujeito, no momento da posição da finalidade, em direção à sua objetivação. O agir do sujeito nesta interação é, pois, um “agir determinado por um futuro definido” (Andrade, 2016, p. 59)

Se, contudo, esse dever é posto ao ser singular por um ser social que, em seu interior, a partir de sucessões cumulativas e irreversíveis de decisões alternativas, determinou-se para a criação de valores de troca, e não mais de uso, o processo de trabalho passa a ser mediado pelo princípio do governo de tempo:

A divisão do trabalho, mediada e posta em andamento pelo valor de troca, produz o princípio do domínio do tempo pelo seu melhor aproveitamento interno [...] [já quando o trabalho era] apenas dirigido ao valor de uso, era um subjugar da natureza pelo ser humano, para o ser humano, tanto

na conversão daquela segundo suas necessidades quanto no alcançar do domínio sobre seus próprios instintos e afetos meramente naturais e, desse modo medeia a formação inicial das capacidades especificamente humanas (Lukács, 2018, p. 75).

É daí que podemos depreender que a forma especificamente capitalista de se concretizar a relação humanidade/natureza traz consigo uma nova maneira de se interpretar o tempo, na qual a aceleração, resultante do princípio de governo de tempo, é alçada a condição de pedra angular. Afinal de contas, se a quantidade de mercadorias disponíveis cresce quanto menor o tempo socialmente necessário à sua produção, a relação entre as pessoas e destas com a natureza que lhes serve de condição de existência passa a ser pautada pela aceleração que é intrínseca aos ganhos de produtividade do trabalho, bem como à dinâmica do capital em acelerar a sua própria rotação. Nesse sentido,

[e]conomia de tempo, a isso se reduz afinal toda economia. Da mesma forma, a sociedade tem de distribuir apropriadamente seu tempo para obter uma produção em conformidade com a totalidade de suas necessidades; do mesmo modo como para o indivíduo singular, tem de distribuir o seu tempo de forma correta para adquirir conhecimentos em proporções apropriadas ou para desempenhar suficientemente as variadas exigências de sua atividade. Economia de tempo, bem como distribuição planificada do tempo de trabalho entre os diferentes ramos de produção, continua sendo também a primeira lei econômica sobre a base da produção coletiva. Permanece lei até mesmo em grau muito mais elevado. Todavia, isto é essencialmente distinto da mensuração dos valores de troca (trabalhos ou produtos de trabalho) pelo tempo de trabalho. Os trabalhos dos indivíduos singulares em um mesmo ramo de trabalho e os diversos tipos de trabalho são diferentes não só quantitativamente, mas também qualitativamente. O que pressupõe a diferença puramente quantitativa das coisas? A uniformidade [Dieselbigkeit] de sua qualidade. Logo, a mensuração quantitativa dos trabalhos pressupõe a igualdade, a uniformidade [Dieselbigkeit] de sua qualidade. (Marx, 2011, capítulo do dinheiro)

Entretanto, o capitalismo não se desenrola apenas no tempo, mas também através do espaço que reorganiza em função de sua lógica expansiva e acelerante. Sentido no qual Milton Santos construiu o conceito de “inundo”: o espaço inundado de tempo. Conceito útil para se entender que um campo cultivado com soja a partir de sementes geneticamente modificadas (transgênicas) e altas doses de agrotóxicos é um espaço inundado pelo tempo do capital. Um recorte do espaço geográfico em que o tempo da natureza é subsumido ao frenético ritmo da valorização do valor.

A adoção de pacotes tecnológicos que acelerem a rentabilidade de capitais investidos na atividade agropecuária ao custo da degradação não menos acelerada do solo se dá pelo dever⁷, assumido pelo ser social e imbuído aos seres singulares que o compõem, de produção crescente de valores. O esmiuçamento das diferenças qualitativas em favor das diferenças meramente quantitativas, impostas à sociedade pelo domínio do valor de troca na determinação do dever, leva também, inexoravelmente, à quantificação da natureza e, portanto, *a métrica da devassa ambiental é a métrica do custo-benefício*, essa sempre distorcida pelo dever de acumulação imposto pela ordem sociometabólica do capital (Mészáros, 2011).

Existem distintas teorias sobre a origem do gaúcho. Independentemente de suas diferenças, estas confluem no entendimento de que o gaúcho é uma forma de existência construída com o bioma Pampa (Leal, 2021); afinal, “como todo ser vivo, o ser humano é por natureza um ser que responde: o entorno põe, à sua existência, à sua reprodução, condições, tarefas etc.” (Lukács, 2018, p. 250). A rigor, o gaúcho – “centauro do Pampa” – é um modo de existir com o bioma Pampa acrescido de equinos e bovinos trazidos pelo homem branco (Leal, 2021), uma prova viva de que, ao transformar a natureza da qual faz parte, o ser humano modifica também a sua própria

⁷“Aparece como imediatamente evidente que o momento categorial determinante desse ato implica a incidência de uma práxis determinada pelo dever. O momento determinante imediato de toda ação intencionada como realização tem de já, por isso, ser o dever, porque todo passo da realização é determinado se e como ele promove o alcançar da finalidade” (Lukács, 2015, p. 61). “Para Lukács, o dever é então aquele momento da posição teleológica que define o se e o como de sua objetivação” (Andrade, 2016, p. 58).

natureza. Mais ainda, demonstra que *o surgimento do gaúcho, ginete e laçador, está intimamente ligado ao surgimento e à consolidação do mercado mundial*. É no processo expansivo do mercantilismo do século XVI que chegam às Américas os bois e os cavalos, intimamente vinculados à subjetividade do gaúcho, pois parte indispensável de sua objetividade.

Os cavalos, como os camelos, eram originários da América, mas se extinguíram nestas terras. Introduzidos na Europa pelos cavaleiros árabes, tiveram no Velho Mundo imensa serventia militar e econômica. Ao reaparecerem na América, através da conquista, colaboraram para a atribuição de forças mágicas aos invasores ante os olhos atônitos dos indígenas (Galeano, 2010, “Retornavam os deuses com as armas secretas”).

A relação entre o gaúcho e o Pampa não deve ser entendida de maneira meramente acessória, mas como determinante, embora não determinista. Se é a vida que determina a consciência, e essa vida não é abstrata, é prática, é produzida e reproduzida pelo trabalho, e se esse trabalho se executa a partir das condições externas ao ser social, foi o Pampa, com suas características qualitativamente singulares, que determinou o conjunto de possibilidades alternativas que, ao longo do tempo, foram escolhidas pelo gaúcho no exercício de sua práxis. Isto é, as condições delimitam o escopo da ação, mas não a determinam unilateralmente. É dizer que as condições climáticas do Pampa colocaram ao gaúcho a necessidade de objetos para se aquecer, mas que o surgimento do pala⁸, dessa necessidade, é fruto do processo de trabalho que, por envolver sempre uma posição teleológica, envolve sempre um complexo de decisões alternativas anteriores à ação. Ou seja, envolve sempre uma liberdade, de maior ou de menor grau, a depender das condições materiais com que o sujeito se defronta.

De maneira geral, os primeiros centauros foram os indígenas que viviam no Pampa, e que, sem conhecer fronteiras, habitavam parte do que hoje

⁸ A rigor feito em teares com lã de ovelha, o pala é uma vestimenta tradicional em diversas partes da América do Sul, sendo bastante comum entre andinos e gaúchos tradicionais.

conhecemos como Argentina, parte do que conhecemos como Uruguai e parte do que conhecemos como Brasil ou, mais especificamente, Rio Grande do Sul. Originalmente, povos nômades de caçadores e coletores que viviam como partes e não como dominadores do ambiente natural. É no movimento expansivo do mercado mundial, levado a cabo pelas lanças, canhões e baionetas europeias, que chegaram ao Pampa os cavalos (Leal, 2021; Vieira e Rangel, 1993).

De certa forma abandonados pelos brancos ante o insucesso da primeira investida colonizadora naquele recorte do espaço, os equinos encontraram no bioma formado por vastas pastagens de terras planas um ambiente bastante propício para sua reprodução. Rapidamente, os povos originários tornaram-se exímios cavaleiros – especialmente os Charruas. Igualmente trazido pelo homem branco, posteriormente, o gado bovino também se multiplicou livremente nas coxilhas do Pampa e passou a ser caçado pela primeira versão do centauro: o indígena pampeano. Não é nenhuma novidade que os povos originários do Pampa legaram técnicas e instrumentos de caça essenciais do modo de ser gaúcho, como a boleadeira e o laço de couro trançado. Descendentes de espanhóis e de portugueses, mas também de africanos, se misturaram ao indígena e ao seu modo de vida nômade, cavaleiro e caçador de gado, dando origem ao gaúcho, um ser que se formou miscigenado e que, tal qual os povos originários, vivia sem conhecer fronteiras – cavalgando pelas terras do Pampa (Leal, 2021; Vieira e Rangel, 1993).

A imagem do “centauro dos Pampas” ilustra bem a ideia de que o modo de ser gaúcho é indissociável do cavalo, para alguns, inclusive, o que lhe atribuiria certa perspectiva “aérea” do mundo (Leal, 2021). A despeito da veracidade dessa observação acerca da personalidade do gaúcho, talvez seja interessante notar que seu modo de ser emerge livre dos grilhões da propriedade privada, o que para certos etnógrafos lhe atribuiria também uma inarredável e contumaz altivez. Em seus albores, o gaúcho é um cavaleiro nômade caçador de gado xucro – o boi “chimarrão”. Desconhecendo cercas,

a primeira e principal atividade dessa versão de humanidade “aérea” e altiva é a courama, ou seja, a caça do boi para o aproveitamento, sobretudo, do couro⁹. Com a crescente mercantilização para aproveitamento em diversas mercadorias, e sobretudo para o transporte de mercadorias em um mundo em que o plástico ainda não existia, o couro passa a ser cada vez mais procurado e taxado pelas Coroas portuguesas e espanholas, que regulam a sua comercialização. Cola-se à imagem do gaúcho – altivo e “aéreo” – um rótulo de fora da lei, de vagamundo, um contrabandista de couro que desrespeita todas as regras que não sejam de seu próprio modo de ser. A bovinocultura surge posteriormente, em boa medida associada ao cercamento dos campos do Pampa pelo regime de sesmarias e à introdução da agricultura de subsistência. Praticamente obrigado a transformar a sua força de trabalho em mercadoria, ou seja, a trocá-la por um salário, o gaúcho se vê convertido em peão de estância:

Os gaúchos estavam acostumados a caçar livremente os novilhos a céu aberto, no Pampa sem aramados, para comer o lombo e se desfazer do resto, com a única obrigação de entregar o couro ao dono do campo. As coisas mudaram. A reorganização da produção implicava a submissão do gaúcho nômade a uma nova dependência servil: um decreto de 1815 [na Argentina] estabeleceu que todo homem do campo que não tivesse propriedades seria reputado servente, com a obrigação de portar uma papeleta assinada a cada três meses pelo seu patrão (Galeano, 2010, “As Lanças”).

Esse caminho, contudo, não foi linear e sem resistências. No Uruguai, por exemplo, nos conta Galeano (2010) que José Artigas, em 1815, buscou repartir a terra ocupada por grandes latifúndios, e nessa repartição teriam os indígenas o principal direito:

O sentido essencial dessa reforma agrária consistia na fixação dos pobres do campo à terra, convertendo em camponês o gaúcho acostumado à vida errante da guerra, às empresas clandestinas e ao contrabando em tempos

⁹ “Para aquilatar a importância que o mercado mundial então atribuía aos couros [...] é preciso remontar a uma época em que os plásticos e os revestimentos sintéticos não existiam nem mesmo como suspeita na imaginação dos químicos” (Galeano, 2010, s/p).

de paz. Os governos posteriores na bacia do Prata vão abater o gaúcho a sangue e fogo, incorporando-o à força nas peonadas das grandes estâncias (Galeano, 2010, “A primeira reforma agrária da América Latina”).

Mesmo forçado a alienar-se de seu modo de vida nômade, origem de sua altivez, o gaúcho ainda se manteve “aéreo”, quer dizer, um centauro, que de cima de seu cavalo vive e reproduz-se majoritariamente das lidas com o gado, já não mais xucro, mas criado em certa harmonia com o bioma. Alienado do produto de seu trabalho, o gaúcho resiste, na medida em que o Pampa e o pastoreio lhe permitem manter traços essenciais de seu modo de ser.

Infelizmente, a resistência gaúcha parece cada vez mais ameaçada. Atualmente, assistimos a um processo acelerado de *sojificação* do Pampa, conceito que será definido na próxima seção, mas que envolve a predominância da cultura da soja como atividade econômica no bioma. Vegetação nativa de gramíneas e pequenos arbustos é crescentemente substituída pelo cultivo da soja, com tratores que rasgam coxilhas, depositando-lhes altas doses de agrotóxicos. Processo que destrói o bioma e com ele o modo de ser gaúcho, isto é, a subjetividade que formou o que chamamos gaúcho, constituída ao longo dos séculos a partir da forma objetiva que produzia sua vida. Um primeiro passo nessa destruição do gaúcho foi lançado pelos cercamentos que alteraram, profundamente, as condições de reprodução dessa especificidade do ser social com o Pampa. Agora, além da profunda alteração na relação objetiva entre o gaúcho e seu hábitat material, que inexoravelmente altera sua subjetividade, isto é, sua personalidade e sua visão de mundo, destrói-se a materialidade, como antes conhecida, desse hábitat. É mediante a destruição do ambiente natural que o forjara que o gaúcho está em vias de extinção.

2. A sojificação do Pampa

2.1 Um breve histórico da soja e a chegada de sua versão transgênica ao RS

Barabair e Deutsch (2023) fazem um apanhado sobre a relevância da oleaginosa no sistema agroalimentar global desde sua introdução no mercado mundial até o atual modelo insustentável de monocultivo. As autoras destacam que, inicialmente, o cultivo da soja, sobretudo na Ásia, era realizado em pequena escala e com grande intensidade de trabalho. Utilizada normalmente nas entressafras, seu plantio era associado à sua capacidade intrínseca de repor o nitrogênio do solo. Quando introduzida no Ocidente, a soja mantém sua função de repositora de nitrogênio nas entressafras até, pelo menos, o início do terceiro regime¹⁰, em 1950, e que é caracterizado pela violenta expansão da área destinada ao grão¹¹ – em 1950 eram dedicados 16,5 milhões de hectares para o plantio da soja, em 2020 já eram 127 milhões – que resultou em um crescimento exponencial do volume produzido:

A produção global de soja explodiu nos últimos 70 anos. Ao considerar a produção mundial de soja entre 1950 e 2020, algumas características muito claras e distintas emergem. Em primeiro lugar, está o crescimento incessante da produção. O crescimento rápido, dramático e sustentado da produção mundial de soja durante esse período é incomparável a qualquer outra cultura. Embora a soja já tivesse importância em 1950, sua produção global experimentou um aumento a partir desse momento. A produção mundial de soja foi de 16 milhões de toneladas (MMT) em 1950. Posteriormente, após 25 e 50 anos, em 1975 e 2000, a produção aumentou para 64 e 161 MMT, respectivamente. Em 2020, a produção global de soja atingiu 354 MMT. (Barabair; Duitsch, 2023, p. 158-160, tradução nossa).

¹⁰ Para maiores detalhes recomendamos a leitura das páginas 11-14 do livro supracitado. De forma mais breve, os regimes alimentares foram classificados em três: primeiro regime – comporta o período posterior à domesticação da soja, o que as autoras posicionam como a partir do ano 1000; segundo regime – se dá entre 1860 e 1940, quando a soja passou a ser comercializada em grandes escala e distância; terceiro regime – se inicia no período pós-guerra com a expansão da área plantada e o tratamento do grão como uma *commodity* internacional.

¹¹ Essa expansão territorial da soja se deu de duas maneiras: I) em substituição a culturas já existentes; e principalmente II) via expansão da fronteira agrícola.

Isto é, hoje o mundo produz 22 vezes mais soja que há 70 anos. A título de comparação, a população mundial que era de 2,5 bilhões de seres humanos passou a 7,8 bilhões em 2020, um crescimento aproximado de apenas 3 vezes. Dos 354 MMT de soja produzidos em 2020, pelo menos 200 MMT (56% do total) foram produzidas na América Latina, 140 MMT no Brasil, 50 MMT na Argentina e 11 MMT no Paraguai.

O início do terceiro regime será marcado pela rápida expansão do plantio de soja nos Estados Unidos da América (EUA). De acordo com Barabair e Deutsch (2023, p. 161), em 1960 os EUA representavam 67% da produção da oleaginosa, o que significava 15 MMT (10% da atual produção brasileira), e em 1969 já representava 76%. Relevante pontuar que – em 1969 – 19% da soja global era produzida na China. Isto é, China e Estados Unidos representavam 95% da produção mundial de soja há pouco mais de 50 anos. Entretanto, em 2020, a participação dos EUA na produção mundial caiu para 32%, mesmo que hoje produzam 112,5 MMT, o que representa 70% da produção mundial em 2000.

É em 1969 que o Brasil produz o seu primeiro MMT e, em apenas uma década, se torna o segundo maior produtor mundial do grão. Em 1980 o país produziu 15,2 MMT, quase o dobro da China, 7,9 MMT, mas apenas um terço da produção estadunidense, 48,9 MMT (Barabair e Deutsch, 2023, p. 162). Pouco mais de duas décadas depois de se tornar o segundo maior produtor global, chegam ao Brasil, de maneira ilegal, as primeiras sementes de soja transgênica, que, em 2002, já ocupavam 50% da área de cultivo mundial (Da Silva, 2004). No Brasil, a semente Round-Up Ready (RR)¹², de propriedade da Monsanto, começou a ser plantada ilegalmente no estado do Rio Grande do Sul em 1997. O cultivo em escala comercial da soja transgênica manteve-se proibido até o segundo semestre de 2003 ¹³, embora, antes disso,

¹² “Essa variedade recebeu um gene de um outro organismo (bactéria) que lhe confere resistência ao herbicida glifosato, utilizado no Round-Up Ready, produto também da Monsanto para o combate de ervas daninhas. Por ser resistente a esse elemento, toda a plantação pode ser pulverizada com glifosato, sendo que somente as plantas invasoras (indesejáveis) serão eliminadas” (Da Silva, 2004, p. 3).

¹³ <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u74236.shtml>

em 1998, o CNTBio tenha liberado o plantio do grão em pequena escala. No Brasil, os produtores gaúchos são os primeiros a terem acesso ao grão transgênico, especialmente via descaminho, dadas as extensas fronteiras do estado com o Uruguai e a Argentina, países que com o RS partilham o Pampa e nos quais já havia sido legalmente liberado o plantio das sementes RR da Monsanto.

De acordo com Barabair e Deutsch (2023), o aumento exponencial da produção de soja na América Latina, maior produtora mundial hoje, está relacionado à crise da dívida – que assolou as economias do continente nos anos 1980-1990 –, à flexibilização no fluxo de capitais e aos recorrentes programas de ajustes fiscais impostos pelo FMI às economias da região. A partir desse cenário, para reverter os déficits na balança comercial e de pagamento, governos latino-americanos promoveram a expansão da fronteira agrícola e a produção primária exportadora.

Se o incentivo governamental no Brasil se dá, sobretudo, a partir dos anos 2000, como demonstrado em Rech e Jeziorny (2024), a introdução da soja no Rio Grande do Sul deu-se através de fortes incentivos das empresas transnacionais:

Os atores do agronegócio também desempenharam um papel fundamental na promoção da soja na América do Sul. Por exemplo, a grande empresa comercializadora e processadora de alimentos Bunge y Born incentivou o cultivo da soja no Brasil distribuindo sementes gratuitamente e oferecendo pequenos adiantamentos financeiros e assistência técnica aos agricultores, além de inaugurar, em 1969, a primeira fábrica de esmagamento de soja da América Latina, a S. A. Moinhos Rio Grandenses. A infraestrutura voltada para a exportação da Cargill já estava, portanto, instalada em muitas áreas, particularmente em áreas férteis próximas a portos. (Barabair; Deutsch, 2023, p. 166-167, tradução nossa).

Como indicam as autoras, uma das características marcantes do plantio da soja no Brasil é que este se deu, sobretudo, através da expansão da fronteira agrícola para o oeste brasileiro, onde as terras eram “muitas e baratas” e,

nesse processo, “À medida que os produtores de soja expandiram o cultivo para novas áreas além das regiões agrícolas tradicionais, a Mata Atlântica se tornou uma causalidade.” (p. 168, tradução nossa). Essa expansão da soja para climas antes desfavoráveis ao seu cultivo só foi possível pela transgenia que criou, em seu processo de desenvolvimento, sementes capazes de germinar em biomas como o Cerrado e a Amazônia. No Brasil, a área plantada de soja passou de 13,4 milhões de hectares (Mha), em 2001, para 34,2 Mha em 2019. E foi justamente no Cerrado e na Amazônia onde aconteceu a expansão mais rápida nesse período, intensificando desmatamentos, grilagens de terras e queimadas, bem como a consequente perda de biodiversidade desses biomas¹⁴.

O que buscaremos mostrar ainda nesta seção é a expansão da soja no bioma Pampa, mas com um recorte territorial, incluindo em nossa análise apenas o Pampa Brasileiro.

2.2 A sojificação do Pampa Brasileiro

O termo “Pampa” remete à denominação dada por povos pré-colombianos, derivado da língua indígena Quéchuá (ou quíchua) e significa região plana, planície (e.g. Pillar *et al.*, 2009), associada à paisagem dominante de extensas planícies cobertas de vegetação rasteira. O Pampa Brasileiro *lato sensu* ocorre na chamada metade sul do RS, ocupando uma área de 176.496 km² (63% do território do Estado) e é delimitado cartograficamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre as latitudes 28°00' S e 34°00' S e as longitudes 49°30' W e 58°00' W (IBGE, 2004), sendo visualmente identificado pelo predomínio de vegetação campestre, com áreas com vegetação de porte arbóreo em capões, matas ciliares (de galeria) ao longo de cursos d'água e matas de encostas (e.g. Overbeck *et al.*, 2006; Roesch *et al.*, 2009). Devido às pastagens naturais, a produção pecuária é

¹⁴ De acordo com a ONU, a degradação de ecossistemas terrestres e marinhos compromete o bem-estar de 3,2 bilhões de pessoas e custa, ao ano, cerca de 10% da renda global, expressa sobretudo na perda de espécies e serviços ecossistêmicos.

uma das principais atividades econômicas, principalmente bovinos e ovinos (Carvalho & Bartello, 2009), tendo iniciado há cerca de 300 anos (Pillar *et al.*, 2009).

O Pampa, enquanto bioma, está vinculado a uma zona climática global que corresponderia a “savanas estépticas e estepes” de clima temperado árido (Veloso & Góes-Filho, 1982; Bredenkamp *et al.*, 2002). Essa afirmação, contudo, vem sendo questionada, uma vez que, pela pluviometria, o clima na região sudoeste do Rio Grande do Sul pode ser classificado como subtropical, pouco úmido, com inverno frio e verão quente (Rossato, 2011). Estudos palinológicos demonstraram que as condições climáticas desde o Último Máximo Glacial, até cerca de 3 mil anos atrás, indicavam um ecossistema sem árvores, com mais 90% dos polens de plantas herbáceas (Behling, 1998, 2005; Stefenon *et al.* 2008); porém, atualmente, o bioma Pampa representa um clima típico para o desenvolvimento de ecossistemas florestais (Leite & Klein, 1990). Formações florestais densas não são comuns no bioma, pois, na leitura de Behling (2005) e Behling & Pillar (2007), o uso antropogênico da terra, iniciado há cerca de 9 mil anos, atuou como fator restritivo à expansão de formações florestais sobre as pastagens. Conforme dados do Ministério do Meio Ambiente (Brasil, s.d.), cerca de 49% do Pampa brasileiro é composto por vegetação sob manejo humano, e percebem-se mudanças na estrutura de comunidades pela introdução de espécies exóticas de gramíneas, conversão de áreas nativas em terras agrícolas, e, mais recentemente, por meio do estabelecimento de plantações florestais (silvicultura) e avanço de lavouras de soja (monocultura de produção intensiva, com uso de agrotóxicos).

Apesar do predomínio campestre, trata-se de um bioma de grande riqueza ecológica. A principal região de formação de pastagens (quase sem árvores), situada principalmente na região sudoeste do bioma, é chamada de Campanha Gaúcha, mas manchas de floresta podem ser encontradas em muitas regiões do bioma. Conforme Roesch *et al.* (2009), o bioma compreende diferentes formações fisiográficas, como savana, estepe, savana estéptica, litoral,

áreas de transição e manchas de florestas decíduas e semidecíduas sazonais. Os termos “estepe” e “savana” são questionados por serem, respectivamente, pastagens semiáridas com um clima temperado frio, e formação com plantas lenhosas e herbáceas em estratos distintos típicas de regiões tropicais com precipitação claramente sazonal (Overbeck *et al.*, 2007).

No que tange a biodiversidade, um estudo realizado por dezenas de pesquisadores (Andrade *et al.*, 2023) resultou em listas referenciadas, totalizando 12.503 espécies (3.642 plantas vasculares, 2.046 algas, 316 briófitas, 1.141 fungos, 5.358 animais, sendo 1.136 vertebrados), indicando que o Pampa, apesar de uma baixa proporção de endemismo, detém aproximadamente 9% da biodiversidade brasileira em uma área de pouco mais de 2% do território total do país. Especificamente com relação aos campos nativos, Overbeck *et al.* (2007) salientam a estimativa de mais de 3 mil espécies de campos nativos presentes no Pampa Brasileiro.

O Pampa Brasileiro está localizado na Bacia do Paraná e compreende quatro unidades geológicas: (I) Escudo Sul-riograndense, porção mais antiga, com afloramento de rochas cristalinas pré-cambrianas (de mais de 500 milhões de anos), principalmente granito; (II) Depressão Central, formada pela subsidência de uma grande área da Bacia do Paraná composta com rochas sedimentares formadas principalmente por arenito, siltito e argilito, fruto de deposições entre o Permiano e o Jurássico (entre 248 e 132 milhões de anos atrás); (III) Formação Serra Geral (formada entre 160 e 170 milhões de anos atrás), área de relevo mais elevado, com predomínio de basalto, formada por várias extrusões magmáticas do Cretáceo, com a fragmentação do antigo continente que separou a América do Sul e a África; e (IV) Planície Costeira, onde há o predomínio de sedimentos quaternários de deposição eólica, fluvial e lacustre (Overbeck *et al.*, 2007; Roesch *et al.*, 2009; Veloso & Góes Filho, 1982).

A diversidade geológica sugere, conseqüentemente, uma não homogeneidade dos tipos de solos no território abrangido pelo bioma. No Escudo Sul-riograndense, solos jovens e rasos (neossoloslitólicos e neossolosregolíticos) e

rochas aflorantes são dominantes, o que limita as possibilidades de cultivos agrícolas. Já na Depressão Central há uma variedade de tipos de solos, distintos em teores de argila e matéria orgânica, cabendo destacar sua porção sudoeste, regionalmente chamada de Campanha Gaúcha, com vegetação campestre típica do bioma, onde os solos são em geral pouco drenados e, conseqüentemente, utilizados para plantações de arroz com irrigação superficial, além de pastagem. Com efeito, as rochas sedimentares têm uma composição mineralógica diversa, mas solos arenosos dominam esta região (Roesch *et al.*, 2009).

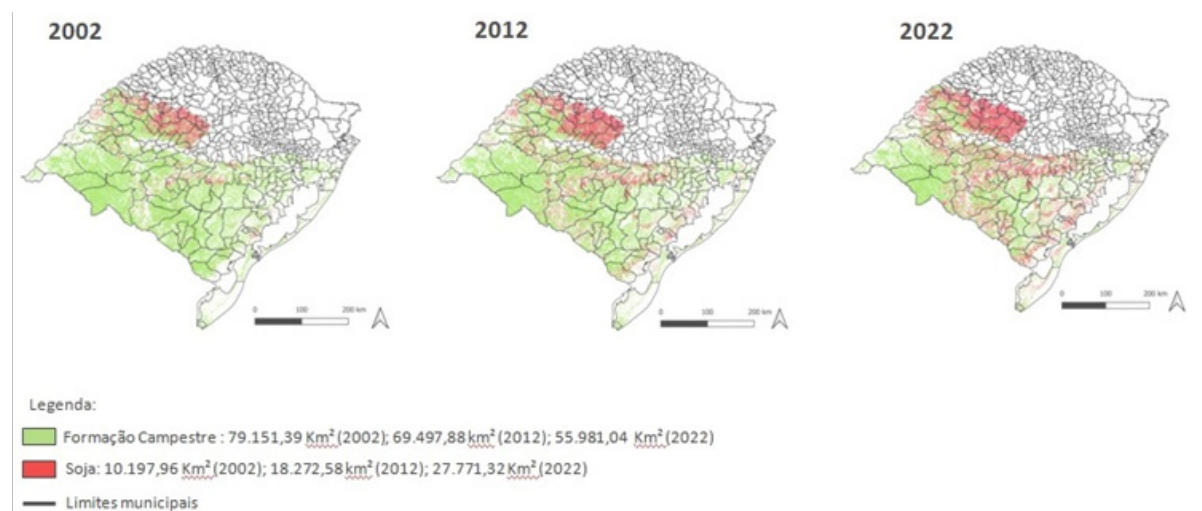
Na porção noroeste do Pampa brasileiro, Formação Serra Geral, os solos mais comuns situados em terras altas e encostas têm baixa tolerância à erosão hídrica, o que também implica restrições às culturas anuais que podem ser cultivadas (Streck *et al.*, 2008), sendo mais propícios para a agricultura os solos presentes em encostas baixas (<15%). Ademais, é possível encontrar manchas de afloramentos de arenito, principalmente das formações Botucatu (do início do Cretáceo, há 160 milhões de anos) e Guará (do final do Jurássico, há 140 milhões de anos) (Caneppele, 2017), em áreas que não foram cobertas pela extrusão magmática ou onde a cobertura de basalto sofreu intemperismo (Suertegaray, 1998). A fragilidade desses solos extremamente arenosos facilita sua degradação, na medida em que ocorrem perdas intensivas de argila, silte e matéria orgânica, paralelamente ao acúmulo de partículas de areia. O processo gera a perda de nutrientes, dificultando continuidade da pedogênese (formação de novos solos) e a fixação da vegetação, resultando em areais (Suertegaray, 1998, 2012; Verdum, 2012; Gass, 2015). A arenização (o termo “desertificação” é inapropriado em função das características climáticas da região, cuja pluviosidade é superior à de regiões desérticas) é um processo que pode ter gênese natural, bem como pode ser gerado ou intensificado pelo manejo inadequado do solo, provocando processos erosivos. Dessa forma, ocorrendo a perda da vegetação natural, a matéria orgânica do solo se esgota, e suas propriedades químicas, físicas e biológicas sofrem a perda de nutrientes por lixiviação, além de haver a perda de coesão do solo. O avanço da degradação é de difícil reversão, pois a área degradada tende

a aumentar devido à erosão eólica comum na região em um processo de retroalimentação positiva. Conforme Suertegaray (1995), já em 1995, havia cerca de 16,75 km² de terras degradadas causadas por esse processo de arenização.

Em associação ao ambiente com pastagens naturais, o predominante uso da terra baseado na pecuária passou a enfrentar dificuldades econômicas na segunda metade do século XX, gerando também mobilidade dentro do Estado, com o empobrecimento e a perda de população de municípios da região do Pampa. Nesse sentido, os Censos demográficos do IBGE de 1970, 1980, 1991 e 2000 mostram que houve redução da população em vários municípios do Pampa.

O aumento das áreas com lavouras de soja no Pampa Brasileiro tornou-se bastante significativo nas últimas duas décadas, passando de cerca de 10 mil km² em 2002 para mais de 27 mil km² em 2022, um crescimento de 170% em 20 anos¹⁵. No mesmo período, a formação campestre sofreu redução de 79 mil km² para menos de 56 mil km², uma redução em cerca de 30% da área em 2002.

Imagem 1: Avanço da área plantada de soja sobre a formação campestre no Pampa Brasileiro (2002-2022)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de cobertura do solo do Projeto MapBiomias.

¹⁵ Cálculo pelo Sistema de Informação Geográfica, a partir de dados de cobertura do solo do Projeto MapBiomias, <https://brasil.mapbiomas.org/en/colecoes-mapbiomas>

Tem-se, em primeiro lugar, uma constatação inequívoca da aceleração da expansão da área destinada ao plantio de soja a partir da autorização da utilização das sementes transgênicas RR em 2003. Entretanto, nota-se também uma aceleração do fenômeno a partir de 2012: se de 2002 a 2012 a área utilizada para o plantio de soja saiu de 10.197,96 km² para 18.272,58 km², ou seja, um incremento de 8.074,62 km², de 2012 para 2022 essa expansão foi de 9.498,74 km², chegando a 27.771,32 km².

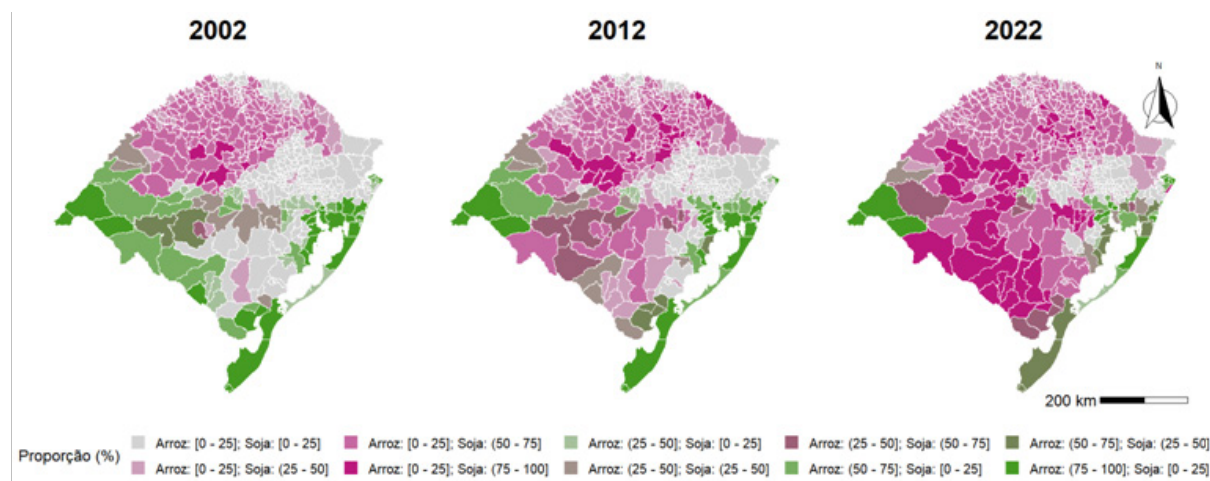
Há de se destacar, também, que a expansão da área destinada à soja não é mera “expansão da fronteira agrícola”. Não se trata, apenas, de áreas de cultivo sendo implantadas onde antes havia vegetação nativa (principalmente florestal) preservada. Trata-se, sobretudo, da substituição de outras formas de ocupação do solo, marcadamente a pecuária e o arroz, menos deletérias para o bioma, por uma forma de ocupação mais deletéria. A pecuária extensiva, tradicionalmente adotada no Pampa, ocorre em meio à formação campestre nativa do bioma. Assim, a soja avança sobre a vegetação nativa, ainda que antropizada, instalando-se como um sistema dissociado do ambiente natural, bem como dos aspectos culturais associados à pecuária. O ambiente do Pampa, que mesmo de forma limitada era ainda preservado com a utilização de áreas de pastagens para alimentar o gado, é transformado em lavouras de monocultivo, com produção intensiva, mecanizada e dependente do uso de agrotóxicos (glifosato).

Como mencionado, o bioma Pampa é suscetível a processos de arenização (Suertegaray, 1998, 2012; Verdum, 2012; Gass, 2015). A expansão do uso para o plantio da soja, cultura altamente intensiva em agrotóxicos, além de impulsionar o processo de arenização, tem efeito negativo significativo sobre a biodiversidade e mananciais hídricos, diretamente e indiretamente, na medida em que os agrotóxicos, sobretudo o glifosato, limitam a ação dos polinizadores endêmicos (Holden, 2006; Aizen & Harder, 2009; Goulson *et al.*, 2015).

Além da substituição das áreas de pastagens por plantações de soja, demonstrada na Imagem 1, é possível constatar que o plantio de soja, a partir

da segunda década do século XXI, torna-se a principal atividade vinculada ao uso da terra na imensa maioria dos municípios gaúchos e, especificamente, nos municípios do Pampa. Nesse sentido, a soja avança não apenas sobre o substrato material e condição inalienável de existência do gaúcho enquanto complexo parcial do ser social, mas também sobre outras formas de humanização do espaço geográfico do Pampa, caso, por exemplo, das plantações de arroz. Percebe-se que, se em 2002 a área destinada ao plantio

Imagem 2: Avanço da proporção da área plantada de soja por município gaúcho (2002-2022)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

de soja representava 50% ou mais da área plantada em 33% dos municípios gaúchos, em 2012 a proporção de municípios será de 39% e em 2022 de 58%. Em números de municípios temos que, em 2002, os municípios nos quais a soja representava 50% ou mais da área plantada eram 159, sendo aqueles com área plantada superior a 75% apenas oito. Em 2012, esses números passam a 195 e 26, respectivamente. Já em 2022 esses números serão de 289 e 61. Há uma evidente hegemonia da cultura da soja não apenas no RS como também no bioma Pampa.

Tabela 1: Total e Proporção de Municípios por Proporção de Terra Plantada com Lavouras de Soja no RS

Proporção	2002	2006	2010	2012	2014	2018	2022
<=25%	267	231	219	205	182	152	122
25% - 50%	71	98	86	97	81	62	86
50% - 75%	151	143	156	169	193	177	228
> 75%	8	25	36	26	41	106	61
	2002	2006	2010	2012	2014	2018	2022
<=25%	53.72%	46.48%	44.06%	41.25%	36.62%	30.58%	24.55%
25% - 50%	14.29%	19.72%	17.30%	19.52%	16.30%	12.47%	17.30%
50% - 75%	30.38%	28.77%	31.39%	34.00%	38.83%	35.61%	45.88%
> 75%	1.61%	5.03%	7.24%	5.23%	8.25%	21.33%	12.27%
	2002	2006	2010	2012	2014	2018	2022
> 50%	31.99%	33.80%	38.63%	39.24%	47.08%	56.94%	58.15%

Fonte: Elaboração Própria

O que estamos chamando de sojificação do Pampa é, portanto, *o predomínio do plantio da soja, enquanto atividade econômica, na imensa maioria dos municípios localizados no bioma*. É dizer que, mais do que a mera expansão do plantio de soja, a sojificação significa a hegemonia dessa cultura sobre todas as outras. O Pampa Brasileiro é hoje um bioma sojificado, um bioma no qual, além de se registrar área expressiva destinada a uma única cultura – em 2022 17% do Pampa Brasileiro encontrava-se ocupado pelo plantio de soja – se registra também o plantio de soja como atividade econômica principal, vinculada ao uso do solo (mas também da água).

2.3 Sojificação e neoextrativismo

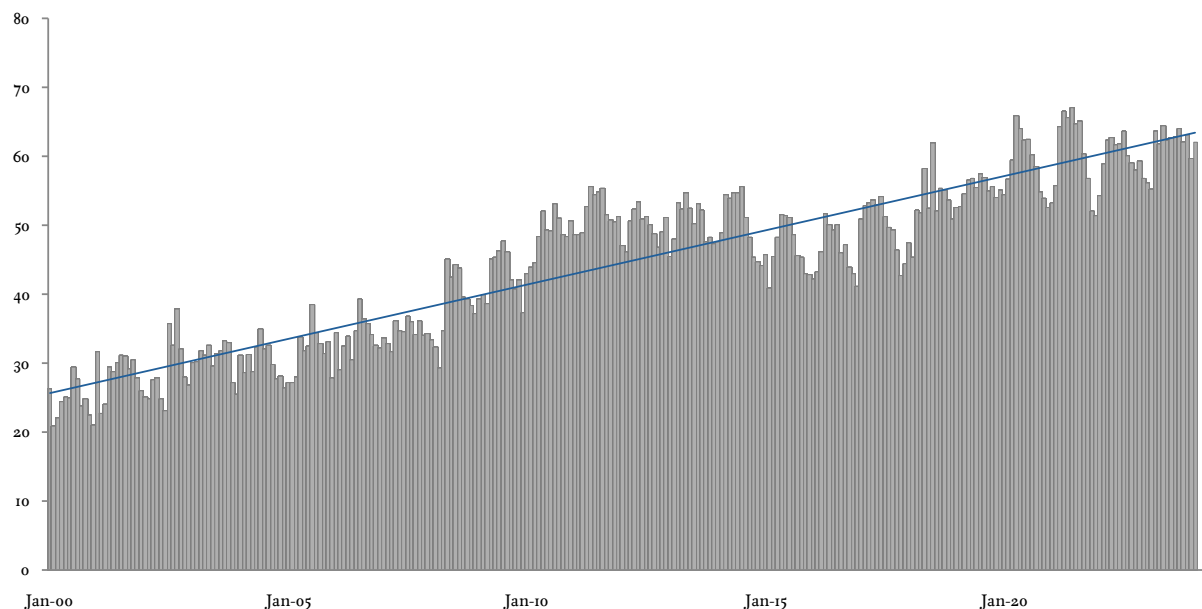
Compreendemos que é na presente fase do desenvolvimento capitalista que a sojificação do Pampa ganha corpo. Logo, a correta apreensão desse fenômeno requer enquadrá-lo como um reordenamento do espaço agrário aos imperativos de quem atualmente dá as cartas na mesa da acumulação em

escala mundial: o capital financeiro. Tal perspectiva é central para se apreender a essência desse processo, visto que possibilita interpretá-lo como parte de um movimento mais abrangente, ou seja, que emerge do próprio desenvolvimento capitalista. Sentido no qual a sojificação do Pampa se apresenta mais como resultado das tendências de concentração e centralização próprias do capitalismo – e que atualmente tem nos mercados secundários de títulos uma instituição central (Chesnais, 2005, 2016) – do que de escolhas individuais, pretensamente imunes à força impositiva do modo de produção. É como apontado na seção anterior: “complexos, processos, relações, etc. sociais” com as quais o ser social se depara orientam seu processo de trabalho, isto é, “o ser humano é por natureza um ser que responde: o entorno põe, à sua existência, à sua reprodução, condições, tarefas etc.” (Lukács, 2018, p. 250).

Como definida por Osório (2012), a noção de padrão de reprodução do capital é útil para estudos que impliquem mediações entre os níveis de análise mais abstratos/estruturais e os mais concretos/conjunturais. Afinal, “a noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritórios determinados” (Osório, 2012, p. 40). Na linha de Gudynas (2009) e Acosta (2016), entendemos por *neoextrativismo* a forma ou padrão concreto de desenvolvimento – ou de reprodução do capital – que passou a governar na América Latina a partir do início do século XXI. Momento em que o recrutamento da exportação de *commodities* agrárias e minerais reforça o papel das formações socioeconômicas latino-americanas na divisão internacional do trabalho, sobejamente enquanto fornecedoras de produtos primários e/ou matérias-primas, cujas receitas de exportação assumiram centralidade em financiar políticas compensatórias – de distribuição de renda – e/ou déficits recorrentes no balanço de pagamentos. Note-se que no Brasil a participação de uma cesta fixa de *commodities*¹⁶ nas exportações passou de 26,2% em 2000 para cerca de 66,1% em janeiro 2024, conforme ilustrado no Gráfico 1.

¹⁶ Açúcar, milho, café, algodão, soja, celulose, boi gordo, porco magro, frango, petróleo, gasolina, diesel, minério de ferro, aço e alumínio.

Gráfico 1: Participação da cesta de *commodities* (em %) nas exportações – jan/2000 a jan/2024



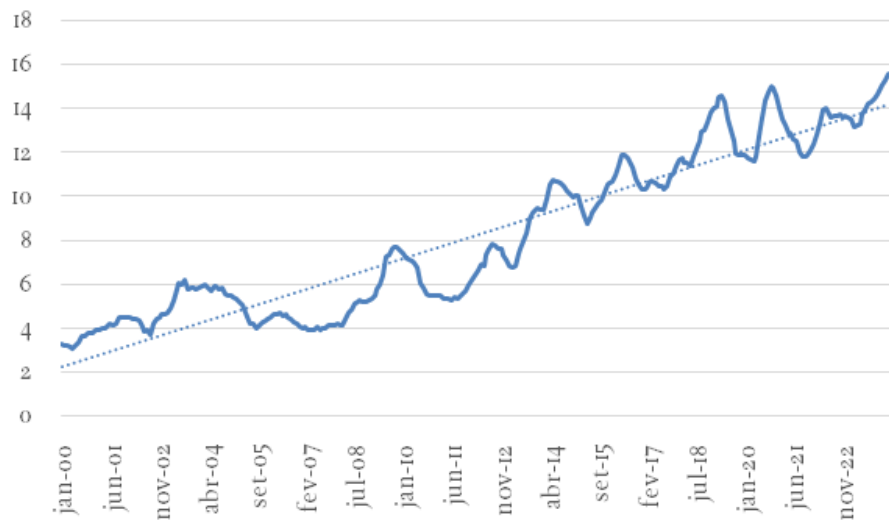
Fonte: Siscomex – Exportações Free on Board (FOB). Elaboração dos autores

Pelo menos desde as contrarreformas estruturais iniciadas em princípios da década de 1990, com o Plano Collor, mas muito especialmente a partir da implementação do Plano Real, a economia brasileira tem se consolidado como lócus privilegiado para valorização tanto do capital neoextrativista, que se consubstancia através de atividades como a extração mineral e o monocultivo de *commodities* agropecuárias, quanto do capital portador de juros, que se realiza via apropriação de excedentes na forma de rendimentos monetários.

O padrão de reprodução do capital neoextrativista, que marca a forma de inserção das formações socioeconômicas latino-americanas no contexto da divisão internacional do trabalho, e que no Pampa Brasileiro se manifesta cada vez mais através do monocultivo da soja, pode ser entendido como uma expressão do papel do capital financeiro no reordenamento de um recorte do espaço agrário brasileiro (Rech e Jeziorny, 2024). Logo, uma forma de reordenamento do espaço agrário que tem grassado firmemente no Brasil desde que sua economia fora acomodada (Plano Collor e Plano Real)

ao novo regime de acumulação do capitalismo. Se na média dos 12 meses de 1999 a soja representava 3,5% da pauta exportadora brasileira, na média dos 12 meses de 2023 ela passou a representar 15,5% dessa pauta.

Gráfico 2: Participação da Soja (em %) nas Exportações Totais do Brasil: Média Móvel de 12 meses – jan/2000 a jan/2024



Fonte: Siscomex – Exportações Free on Board (FOB). Elaboração dos autores

Nesse processo, a degradação do Pampa tem sido mais intensa no Brasil do que o observado em outros países onde esse bioma também está presente. De acordo com o MapBiomas, de maneira geral, o Pampa latino-americano perdeu 20% de sua vegetação nativa entre 1985 e 2022, ou seja, 9,1 milhões de hectares. Porém, especificamente em sua porção brasileira, a perda de vegetação nativa chega a 32%, isto é, 2,9 milhões de hectares em 38 anos.

Considerações finais: a extinção do gaúcho

Para além de demonstrar a sojificação do Pampa, este trabalho também objetivou relacionar a crescente extinção das qualidades orgânicas e inorgânicas próprias do Pampa à extinção de um complexo parcial do ser social, que

só poderia ter surgido a partir dessas qualidades orgânicas e inorgânicas: o gaúcho.

A compreensão da extinção desse complexo parcial do ser social é, aqui, inteligível e logicamente construída a partir d'*A Ontologia do Ser Social* de Gyorgy Lukács. Nela, encontramos os elementos fundamentais que de um lado naturalizam o ser humano e de outro humanizam a natureza. Isto é, encontramos o fundo teórico para compreender as relações recíprocas que secularmente se deram entre o ser social, que é na compreensão lukacsiana um complexo de complexos, e seu meio ambiente, e que foram decisivas tanto para a formação do meio ambiente como para a formação do ser social. Basta ver que a formação de florestas no Pampa fora restrita pelo uso antropogênico do bioma há pelo menos 9 mil anos; bem como os equinos e bovinos, determinantes para o surgimento do gaúcho, e que há mais de três séculos formam a paisagem do Pampa, foram trazidos do ultramar pelos colonizadores.

Entendemos, como Lukács, que a formação dos complexos parciais do ser social tem, como base ineliminável, a reprodução biológica cotidiana. Mesmo que a reprodução do ser social se complexifique, com sempre novas mediações, a base orgânico-material é condição necessária para sua reprodução cotidiana.

Dessa forma, se as especificidades orgânicas do Pampa correm sério risco, dada a sojificação que avança predatoriamente sobre esse bioma nas últimas duas décadas, as especificidades do complexo parcial do ser social que desse bioma se originaram correm o mesmo risco. Como o ser social é um ser que responde, “o espaço de manobra concreto de sua práxis, suas sempre concretas posições teleológicas [...] não pode superar o seu ser-precisamente-assim por último determinado pela economia” (Lukács, 2018, p. 290).

Não se trata de afirmar que necessária e imediatamente se encerrará a vida humana nesse bioma, tampouco que aqueles que ali permanecerem não serão, porventura, também chamados gaúchos. Todavia, as modificações

qualitativas, tanto do bioma quanto do ser social que o habita, aparecem com tal extensão que as novas formas (orgânicas e sociais) são mais uma ruptura do que uma continuidade – diferentemente do que ocorreu com a introdução da propriedade privada.

Se o resultado de toda a ação implica algum grau de ruptura e de continuidade, entendemos que a sojificação do Pampa representa, nos termos de Lukács, uma ruptura radical. Isto é, sua extensão e intensidade é tal, que o novo – o Pampa sojificado – é não apenas distinto do Pampa que conhecíamos, mas é radicalmente distinto. As novas funções que o ser humano impõe ao meio ambiente a partir da sojificação, e as novas funções que a sojificação impõe ao trabalho humano exercido no território, alteram não apenas a materialidade concreta do bioma, mas a própria representação/ideação que o ser humano passa a fazer desse. É dizer: o dever que orienta a posição de finalidade a ser tomada a partir de um complexo de decisões alternativas altera-se radicalmente.

O ser individual que porventura esteja em desacordo com o complexo de decisões alternativas que, nas duas últimas décadas, contribuíram para a sojificação do Pampa, se vê rodeado de novas determinações materiais econômicas e, para sua própria reprodução, se vê forçado a elas se adaptar. Em uma sociedade de classes, na qual uma classe possui os meios de produção e a outra é desprovida desses, as decisões mais gerais, como por exemplo o uso do solo, são tomados não pelo ser social em geral, mas pela classe proprietária em específico. Dessa forma, o conteúdo essencial da posição teleológica da classe proprietária é levar a classe despossuída a executar, em seu favor, posições teleológicas que reproduzam o seu capital – forjando-se, assim, uma versão de humanidade à imagem e semelhança deste

Entendemos ainda, que na medida em que as experiências de um trabalho concreto são utilizadas em outro, não se pode falar em trabalho individual *stricto sensu*, mas sim em trabalho social, já que o trabalho de um ser unitário não seria possível sem o trabalho mais amplo do ser social. Pense-se no

motorista da plantadeira de soja, que não produziu nem a plantadeira, nem a semente transgênica. É possível, daí, aventarmos a possibilidade de que a maioria das posições teleológicas estarão, em um bioma sojificado, direta ou indiretamente, vinculadas à finalidade específica de plantar, colher e distribuir a soja¹⁷.

Em poucas palavras: a sojificação do Pampa submete o bioma e sua população humana ao ato de reproduzir o padrão do capital expresso na soja. É dizer, com isso, que se não houver uma modificação substantiva e radical no complexo de decisões alternativas, não haverá, em um período historicamente curto, nem Pampa, tampouco gaúcho.

¹⁷ É no sentido desse parágrafo que nosso conceito se aproxima do “termo”, empregado de maneira vulgar por Balem e Alves (2020), “sojificação da sociedade”.

Referências

- ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces de uma mesma maldição. In Gilger et al. (eds.), *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2016.
- AIZEN, M.A. & HARDER, L. D. The global stock of domesticated honeybees is growing slower than agricultural demand for pollination. *Curr. Biol.* 19, 915–918, 2009.
- ANDRADE, Bianca O. et al. 12,500+ and counting: biodiversity of the Brazilian Pampa. *Frontiers of Biogeography*: 15, 2, 2023.
- ANDRADE, Mariana. *Ontologia, Dever e Valor em Lukács*. Maceió: Coletivo Veredas, p. 176, 2016.
- BALEM, Tatiana A.; ALVES, Ethylene O. A persistência das feiras de agricultores familiares em um cenário de “sojificação da sociedade”: elementos da realidade de Júlio de Castilhos e Tupanciretã/RS. **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 1-12, 2020.
- BARAIBAR, M.; DEUTSCH, L. *The soybean through world history: lessons for sustainable agrofood systems*. Nova York: Taylor & Francis, 2023.
- BARBOSA, M. Z.; NOGUEIRA JÚNIOR. (As) Simetrias entre as agroindústrias da soja no Brasil e na Argentina. *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 87-107, 2007.
- BEHLING, H. Late quaternary vegetational and climatic changes in Brazil. *Rev. Palaeob. Palynol.* 99, 143-156, 1998.
- BEHLING, H. Late Quaternary grassland (Campos), gallery forest, fire and climate dynamics, studied by pollen, charcoal and multivariate analysis of the São Francisco de Assis core in western Rio Grande do Sul (southern Brazil). *Rev. Palaeob. Palynol.*, 133, 235-248, 2005.
- BEHLING, H.; PILLAR, V.P. Late quaternary vegetation, biodiversity and fire dynamics on the southern Brazilian highland and their implication for conservation and management of modern Araucaria forest and grassland ecosystems. *Phil. Trans. R. Soc. B*, 362, 243-251, 2007.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Mapa de Cobertura Vegetal – Pampa*, s.d. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/biomas/Pampa/mapa-de-cobertura-vegetal.html>. Acesso em: 27 de dezembro de 2024.
- BREDENKAMP, G.J.; SPADA, F.; KAZMIERCZAK, E. On the origin of northern and southern hemisphere grasslands. *Plant Ecol*, 163, 209-229, 2002.
- CANEPELE, J. C. G. *Espacialização da arenização a partir da Ecodinâmica e da Cartografia Ambiental*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Posgea/IG/UFRGS, Porto Alegre, 2007.
- CARVALHO, P.C.F.; BATELLO, C. Access to land, livestock production and ecosystem conservation in the Brazilian Campos biome: the natural grasslands dilemma. *Livest. Sci.* 120, 158-162, 2009.
- CHESNAIS, F. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. Tradução: Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CHESNAIS, F. *Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump*. Boston: Brill Academic Pub, 2016.
- DA SILVA, Ana Paula. Soja transgênica: informação política e econômica em detrimento da científica. Anais do XLII Congresso Nacional de Economia e Sociologia Rural Cuiabá, 2004.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Ebook. Tradução: Sérgio Faraco. Porto Alegre: LP&M, 2010.
- GASS, S. L. B. *Zoneamento ambiental como subsídio para a definição das Áreas de Proteção Ambiental*. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Posgea/IG/UFRGS, Porto Alegre, 2015.

- GOULSON, D., NICHOLLS, E., BOTÍAS, C. & ROTHERAY, E. L. Bee declines driven by combined stress from parasites, pesticides, and lack of flowers. *Science* 347, 2015.
- GUDYNAS, E. Derechos de la naturaleza: Ética biocéntrica y políticas. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.
- HOLDEN, C. Report warns of looming pollination crisis in North America. *Science* 314-397, 2006.
- JEZIORNY, D. L. Territorialidade e indicação geográfica: estudo dos territórios do Vale dos Vinhedos (BRA) e Montilla-Moriles (ESP). Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- LEAL, O. F. *Os gaúchos: cultura e identidade masculinas no Pampa*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2021.
- LEITE, P.F.; KLEIN, R.M. Vegetação. In IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Geografia do Brasil: Região Sul*. Rio de Janeiro: IBGE, p. 113-150, 1990.
- LUKÁCS, Gyorgy. *A Ontologia do Ser Social*. Volume 14. Tradução: Sérgio Lessa. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.
- MARX, K. *O Capital*. Tomo I. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013
- MARX, K. *Grundrisse*. Ebook. Tradução: Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Tradução: Luciano Cavini Martorano, Nélcio Schneider, Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007
- OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias. *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- OVERBECK, G.E.; MÜLLER, S.C.; PILLAR, V.D.; PFADENHAUER, J. Floristic composition, environmental variation and species distribution patterns in burned grassland in southern Brazil. *Braz. J. Biol.*, 66, 1073-1090, 2006.
- OVERBECK, G.E. et al. Brazil's neglected biome: the South Brazilian Campos. *Perspect. Plant Ecol. Evol. Syst.*, 9, 101-116, 2007.
- PILLAR, V.P.; MÜLLER, S.C.; CASTILHOS, Z.M.S.; JACQUES, A.V.A. (eds). *Campos Sulinos: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. p. 13-25. 2009.
- RECH, L.T.; JEZIORNY, D. L. The State, Political Power, and the Financialization of Agrarian Space in Brazil. *Latin American Perspectives*, 51(1), 270-291, 2024.
- ROESCH, L.F.W. et al. The Brazilian Pampa: A Fragile Biome. *Diversity*, 1, 182-198, 2009.
- ROSSATO, M. S. *Os climas do Rio Grande do Sul: variabilidade, tendências e tipologias*. Tese (Doutorado em Geografia). Posgea/IG/UFRGS, Porto Alegre, 2011.
- SOUTO, J.J. *Deserto, uma ameaça?* Secretaria da Agricultura: Porto Alegre, 1984
- STEFENON, V.M.; BEHLING, H.; GAILING, O.; FINKELDEY, R. Evidences of delayed size recovery in *Araucaria angustifolia* populations after post-glacial colonization of highlands in Southeastern Brazil. *An. Acad. Bras. Ciênc.*, 80, 433-443, 2008.
- STRECK, E.V. et al. *Solos do Rio Grande do Sul*, 2nd ed.; EMATER/RS-ASCAR: Porto Alegre, Brasil, 2008.
- SUERTEGARAY, D. M. A. Arenização: análise morfogenética. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; SILVA, L. A. P.; GUASSELLI, L. A. (Orgs.). *Arenização: natureza socializada*. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura/ Imprensa Livre, 2012.
- SUERTEGARAY, D. M. A. *Deserto grande do sul: controvérsias*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- SUERTEGARAY, D.M.A. Natureza, produção e sustentabilidade: e o Rio Grande do Sul descobre seus desertos. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 11, 33-52, 1995.

VERDUM, R. Descoberta permanente: das areias aos areais. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; SILVA, L. A. P.; GUASSELLI, L. A. (Orgs.). *Arenização: natureza socializada*. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura/Imprensa Livre, v. I, p. 73-83, 2012.

VELOSO, H.P.; GÓES-FILHO, L. Fitogeografia Brasileira. Classificação Fisionômico-Ecológica da Vegetação. Bol.Téc. Projeto RADAMBRASIL. Sér.Vegetação n. I, Salvador, 1982.

VIEIRA, E. F. & RANGEL, S.S. Geografia econômica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Saga Luzatto, 1993.